



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL  
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

## **ESTUDO PRELIMINAR**

### **1 SOLUÇÃO DE TI A CONTRATAR**

O presente estudo visa à contratação de empresa para fornecimento de mão-de-obra na área de TI para atender as necessidades de apoio e suporte de informática, serviço específico para apoiar a preparação e a operacionalização do pleito eleitoral 2020.

#### **1.1 EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO**

A equipe responsável pelo planejamento da contratação é composta pelos seguintes membros:

- Domingos Sávio de Souza Ribeiro Bastos – integrante demandante - Seção de Voto Informatizado/COCLE/STI
- Henrique Migueis Martins – integrante técnico - Seção de Cadastro Eleitoral/COCLE/STI
- Fábio Affonso Jacob dos Santos – integrante administrativo - Seção de Licitação e Compras/CRM/SAF

#### **1.2 NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

No período que compreende, aproximadamente, 150 (cento e cinquenta) dias anteriores e até os 10 (dez) dias úteis posteriores ao pleito, a STI executa procedimentos específicos e necessários para realização das Eleições. Desse período pretende-se reforçar o serviço de apoio de TI do TRE/MS por, no máximo, 90 dias.

De pronto, se observa que a operação é, no mínimo, atípica, pois trata-se de estudo que procura estabelecer a forma e os limites para contratação de mais de 200 (duzentos) profissionais, todos atuando em atividades de TI em torno das Urnas Eletrônicas (UEs) ou em atividades administrativas de apoio, muitas vezes, específicas da Justiça Eleitoral. Importante registrar que tais atividades se avolumam no curto período de tempo em torno do pleito eleitoral. É necessário anotar também que a necessidade de suporte e apoio de informática ocorrerá de forma distribuída, fator complicador para a gestão, e será demandada a partir de 50 unidades distintas, localizadas na sede do TRE/MS e nos Cartórios Eleitorais distribuídos no Estado do Mato Grosso do Sul.

Para dar cabo de uma eleição, do porte a ser executada nessa unidade da federação, com a celeridade, qualidade e segurança exigidas, há de se considerar que a equipe de TI existente no TRE/MS é insuficiente para atender todas as demandas no prazo que se faz necessário. O prazo para execução do pleito não é adiável, não é prorrogável. Além disso, prestar suporte de TI de forma remota, ou seja, a partir da sede do TRE, nem sempre é a forma mais adequada, uma vez que, por exemplo, os treinamentos de mesários são presenciais. Noutro exemplo: se faz necessário verificar as condições da infraestrutura de TI de instalações prediais de terceiros, onde a presença física de técnico com conhecimento em TI é fundamental para observar a disponibilidade da rede de energia elétrica e a rede de telecomunicações necessários a operação das urnas eletrônicas ou de computadores de apoio. Nesse caso, também se faz necessário o deslocamento de pessoal de apoio até local onde ocorrerá votação.

Após o pleito 2018 e por intermédio da coleta de dados de avaliação da contratação anterior, a fiscalização do contrato identificou que alguns Cartórios Eleitorais solicitaram reforço ou aumento de postos para

contração em 2020. Tal levantamento resultou num pedido de mais postos, que foram submetidos para deliberação da COCLE e STI.

Para o pleito 2020, a administração da STI também determinou reforço de quantitativo de Auxiliares de Eleição nos Cartórios Eleitorais que passaram por processo de revisão do eleitorado e que executarão a eleição municipal fazendo uso de identificação de eleitor por meio de biometria pela primeira vez.

Considerando o pleito anterior é natural que o resultado da avaliação e a estratégia e zelo da STI para com os municípios com biometria provoque alteração no quantitativo de postos pretendidos para contratação em relação a mesma solução em 2018.

Motivado pelo volume das ocorrências que demandam suporte de TI, dos processos que exigem observação e presença física, frente ao quadro de servidores da STI no TRE e também em razão do avanço do uso da identificação por biometria, é que a Justiça Eleitoral do Mato Grosso do Sul necessita reforçar sua equipe de tecnologia da informação. Para tal, prover o TRE/MS com mais profissionais, pelo período de 90 (noventa) dias, é o mínimo que se pode demandar, pois tal reforço tornará célere, mas principalmente, mais seguras as resoluções de questões que envolverem tecnologia da informação, garantindo dessa forma a execução com tranquilidade do pleito, principalmente no ambiente dos Cartórios Eleitorais, que são, por fim, quem interage com os cidadãos eleitores.

## 2 ANÁLISE DA VIABILIDADE (Art. 14)

### 2.1 Definição e Especificação dos Requisitos da Demanda (Art. 14, I)

A contratada deverá empregar e apresentar ao TRE/MS **Auxiliares de Eleição**, que terão como perfil de conhecimento e área de atuação equivalente ao de um **Técnico de Informática**.

#### 2.1.1 Quantidades de Auxiliares de Eleição a serem contratados

As quantidades a serem apresentadas ao TRE/MS pela empresa contratada são as seguintes:

Item	Posto	Grupo	Qtde. de postos
1	Auxiliar de Eleições	Grupo I	34
2	Auxiliar de Eleições	Grupo II	176

Item	Posto	Grupo	Turnos	Locais	Prazo	Qtde. de postos
1	Auxiliar de Eleições	Grupo I	2 Turnos	Depósito de Urnas Eletrônicas da COCLE (DEPUE-COCLE)	Até 90 dias	4
2	Auxiliar de Eleições	Grupo I	2 Turnos	Cartórios Eleitorais da Capital	Até 90 dias	30

3	Auxiliar de Eleições	Grupo II	1 Turno	Cartórios Eleitorais do interior do Estado	60 dias	176
					Total	210

## 2.1.4 Distribuição dos auxiliares de eleição nas unidades do TRE/MS

### 2.1.4.1 Distribuição dos auxiliares de eleição do GRUPO I

A distribuição dos auxiliares de eleição do GRUPO I será para atender as necessidades dos Cartórios Eleitorais da Capital e do Depósito de Urnas da COCLE (DEPUE-COCLE).

O GRUPO I será contratado nos locais que poderão ter dois turnos de pleito.

Item	Unidade	Município sede	Endereço	Qtde
1	8ª	CAMPO GRANDE	Fórum Eleitoral de Campo Grande. RUA DELEGADO JOSÉ ALFREDO HARDMAN, 180	5
2	35ª	CAMPO GRANDE	Fórum Eleitoral de Campo Grande. RUA DELEGADO JOSÉ ALFREDO HARDMAN, 180	5
3	36ª	CAMPO GRANDE	Fórum Eleitoral de Campo Grande. RUA DELEGADO JOSÉ ALFREDO HARDMAN, 180	5
4	44ª	CAMPO GRANDE	Fórum Eleitoral de Campo Grande. RUA DELEGADO JOSÉ ALFREDO HARDMAN, 180	5
5	53ª	CAMPO GRANDE	Fórum Eleitoral de Campo Grande. RUA DELEGADO JOSÉ ALFREDO HARDMAN, 180	5
6	54ª	CAMPO GRANDE	Fórum Eleitoral de Campo Grande. RUA DELEGADO JOSÉ ALFREDO HARDMAN, 180	5
7	DEPUE-COCLE	CAMPO GRANDE	Depósito de Urnas da COCLE (DEPUE-COCLE) em Campo Grande	4
Total de postos				34

### 2.1.4.2 Distribuição dos auxiliares de eleição do GRUPO II

A distribuição dos auxiliares de eleição do GRUPO II será para atender as necessidades dos Cartórios Eleitorais do interior do Estado.

O GRUPO II será contratado nos locais que terão somente um turno de pleito.

Item	Unidade	Município sede	Endereço	Qtde
1	1ª	AMAMBAI	RUA ANTÔNIO MARTINS DUTRA, N. 1521	3
2	2ª	NAVIRAÍ	AV. IGUATEMI, 159	3
3	3ª	CASSILÂNDIA	RUA ANTÔNIO PAULINO, 445	4
4	4ª	FÁTIMA DO SUL	RUA IPIRANGA, N. 841	4
5	5ª	NOVA ANDRADINA	RUA WALTER HUBACHER, 1220	4
6	6ª	BATAGUASSU	RUA ODORILHO FERREIRA, 135	5
7	7ª	CORUMBÁ	RUA DUQUE DE CAXIAS, 45	5
8	9ª	TRÊS LAGOAS	RUA ALFREDO JUSTINO, 1100	4
9	10ª	AQUIDAUANA	RUA NILZA FERRAZ RIBEIRO, N. 400	4
10	11ª	RIO BRILHANTE	R RIO BRILHANTE, N 1114	4
11	12ª	COXIM	RUA GENERAL MENDES DE MORAES, N. 86	2
12	13ª	PARANAÍBA	RUA JOSÉ ROBALINHO DA SILVA, 235	4
13	14ª	CAMAPUÃ	RUA JOÃO DA MOTA, 461	5
14	15ª	MIRANDA	RUA 7 DE SETEMBRO, 861	5
15	16ª	MARACAJU	RUA APPA ,101	4
16	17ª	BELA VISTA	RUA SÃO GERALDO, 65	5
17	18ª	DOURADOS	R. MONTESE, 435	6

18	19ª	PONTA PORÃ	RUA BALTAZAR SALDANHA, 1591	6
19	20ª	PORTO MURTINHO	RUA CORONEL PONCE, 439	3
20	21ª	RIO VERDE DE MATO GROSSO	AVENIDA DOM PEDRO II, 240	3
21	22ª	JARDIM	RUA TEN. ERNANI GUSMÃO, N. 261	3
22	23ª	ÁGUA CLARA	RUA ARRISON CORREIA, N. 20	3
23	24ª	APARECIDA DO TABOADO	RUA MATO GROSSO DO SUL, 3881	3
24	25ª	ELDORADO	RUA IRMÃ ARISTELA, 531	4
25	26ª	SONORA	AVENIDA MARCELO MIRANDA SOARES, 493	3
26	27ª	IVINHEMA	RUA FRANCISCO PIERETTI, 211	5
27	28ª	CAARAPÓ	AVENIDA DOM PEDRO II, 212 - CENTRO	3
28	30ª	BONITO	RUA OLÍVIO JACQUES, 849	3
29	31ª	SIDROLÂNDIA	RUA MINAS GERAIS, 1346	3
30	32ª	RIBAS DO RIO PARDO	AV. NELSON LYRIO, 2354	3
31	33ª	MUNDO NOVO	RUA TUPINAMBÁ, N.69 - CENTRO	5
32	34ª	BANDEIRANTES	RUA ARTHUR BERNARDES, 4032	5
33	38ª	COSTA RICA	RUA JOSÉ PEREIRA DA SILVA, 373	5
34	39ª	DEODÁPOLIS	AV. GENÁRIO DA COSTA MATOS, N 730, CENTRO	2
35	40ª	SÃO GABRIEL DO OESTE	RUA SÃO PAULO, 2305	6
36	41ª	BRASILÂNDIA	RUA BARTOLOMEU VIANA CAVALCANTE, 183	3
37	43ª	DOURADOS	R. MONTESE, 435	7

38	45ª	NIOAQUE	RUA PRIMEIRO DE MARÇO, 167	4
39	48ª	CHAPADÃO DO SUL	AVENIDA MATO GROSSO DO SUL, 395	5
40	49ª	ANASTÁCIO	AV. JUSCELINO KUBITSCHEK N 1495	4
41	50ª	CORUMBÁ	RUA DUQUE DE CAXIAS, 45	5
42	51ª	TRÊS LAGOAS	RUA ALFREDO JUSTINO, 1100	4
43	52ª	PONTA PORÃ	RUA BALTAZAR SALDANHA, 1591	5
Total de postos				176

### 2.1.5 Supervisão da operação

A supervisão formal da operação por parte da empresa, realizada com a qualidade que o projeto exige, é parte integrante e fundamental para o sucesso da empreitada. A integração das atividades e troca de informações entre essa equipe de supervisão e a equipe de gestão do TRE/MS também contribui para o sucesso da operação, daí apenas dois motivos para que a operação ocorra com a estrutura aqui demonstrada.

Se houve satisfação ao final do pleito 2018, um dos itens que acrescentou qualidade naquela oportunidade, certamente foi a presença diária de prepostos e de representantes da contratada naquele pleito.

Por se tratar da gestão e controle de até 210 postos de trabalho, contratados para atuar em um curto período de tempo, onde estes precisarão ser deslocados, treinados, registrados em contrato e coordenados eficazmente no dia-a-dia, faz necessário e será exigido da contratada a presença física de uma equipe de supervisão que se relacionará diariamente com a equipe de fiscalização do TRE/MS.

É fato que tal estrutura acresce custo à operação, mas também é certo que essa equipe, integrada e trocando informações com a equipe do TRE/MS, também acresce qualidade e maior grau de satisfação a gestão do processo, sendo o custo dessa pequena equipe dedicada, diluído no valor total da contratação.

Os postos listados nos itens 1 e 2 na tabela a seguir também deverão ter registro formalizado em CTPS e serão submetido a fiscalização do contrato promovida pelo TRE/MS.

Para supervisionar a operação será exigido da contratada a composição e apresentação de equipe, de acordo com a tabela a seguir:

Item	Supervisão	Atribuições	Local de trabalho	Qtde
1	Gerente regional	Supervisiona a operação em escala estadual. Estabelece a comunicação entre o TRE/MS e a empresa contratada.	Diariamente na sede do TRE/MS, no ambiente de gestão da operação (COCLE/STI).	1

			No escritório da contratada, somente com autorização da equipe de fiscalização do TRE/MS.	
2	Preposto regional	<p>Estabelece a comunicação entre o TRE/MS e os auxiliares de eleição.</p> <p>Estabelece a comunicação entre os auxiliares de eleição e a empresa contratada.</p>	<p>Diariamente na sede do TRE/MS, no ambiente de gestão da operação (COCLE/STI).</p> <p>No escritório da contratada, somente com autorização da equipe de fiscalização do TRE/MS.</p>	1
3	Preposto local	<p>Será um técnico de informática, selecionado entre os postos contratados como Auxiliar de Eleição.</p> <p>Representará os demais profissionais em cada unidade em que estiverem alocados.</p> <p>Recolherá documentos, enviará documentos para empresa, cobrará entrega de documentação dos demais postos.</p> <p>Interagir com a supervisão da empresa em nome dos demais.</p> <p>Apresenta demandas locais à empresa (Vale alimentação, Vale transporte, pagamentos etc.).</p>	<p>Cartórios Eleitorais</p> <p>DEPUE-COCLE</p>	1

### 2.1.6 Período da contratação dos Auxiliares de Eleição

A tabela a seguir apresenta os períodos de contratação para os postos dos GRUPO I e GRUPO II, listando ainda a quantidade de dias totais em que cada grupo de profissionais estará a disposição da Justiça Eleitoral Sul Matogrossense.

Grupo	Início das atividades	Fim das atividades ocorrendo apenas 1º turno	Qtde de dias 1º turno	Fim das atividades ocorrendo também 2º turno	Qtde de dias 2º turno
GRUPO I	06/08/2020	09/10/2020	64	04/11/2020	90
GRUPO II	10/08/2020	09/10/2020	60	Não há 2º turno	Não há 2º turno

### 2.1.7 Período que a equipe de supervisão deverá estar disponível ao TRE/MS

A tabela a seguir apresenta o período em que a supervisão da operação dos GRUPO I e GRUPO II estará a disposição da Justiça Eleitoral Sul Matogrossense.

Equipe	Início da supervisão	Fim da supervisão	Qtde de dias 1º turno	Fim das atividades ocorrendo também 2º turno	Qtde de dias 2º turno
Supervisão	27/07/2020	16/10/2020	81	13/11/2020	109

### 2.1.8 Soluções disponíveis no mercado de TIC (Art. 14, I, a)

- Terceirização

### 2.1.9 Contratações Públicas Similares (Art. 14, I, b):

- **TRE/SC - Pregão nº 059/2018 (POSTO DE TRABALHO):** PREGÃO ELETRÔNICO para a contratação de empresa especializada em recrutamento, alocação e gestão de postos de trabalho especializados (Técnicos de Apoio ao Voto Informatizado – TAVIs) para atuação nos Cartórios Eleitorais, na prestação de serviços de apoio à realização das Eleições de 2018, conforme especificações, termos e condições estabelecidos no edital e em seus anexos.
- **TRE/PA - POSTO DE TRABALHO: PROCEDIMENTO LICITATÓRIO n.º 59/2018** MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO TIPO: Menor preço. OBJETO: Contratação de serviços especializados, prestados com dedicação exclusiva de mão de obra, de apoio técnico à realização das eleições gerais de 2018, com atuação nos cartórios eleitorais e pontos de transmissão.
- **TRE/CE: Pregão Eletrônico n.º 25/2018** - Contratação de empresa especializada em fornecimento de mão de obra terceirizada, através da instalação, por prazo determinado, de 191 (cento e noventa e um) postos de Auxiliares de Serviços Gerais, no intuito de dar suporte as atividades e infraestrutura da Eleições 2018 (Capital e interior do Estado do Ceará).
- TRE-MG celebra contrato de prestação de serviços (nº 112/14) com a empresa Engetec Tecnologia S.A. A quantidade de postos de trabalho é de 1540 Profissionais de Apoio às Eleições.
- Ano de 2014: TRE-BA celebra contrato de prestação de serviços (nº 079/2014) com a empresa Indra Brasil Soluções e Serviços Tecnológicos S.A. A quantidade de postos de trabalho contratada é de 990 Técnicos de Urna.

## 2.2 Identificação das diferentes Soluções de TIC (Art. 14, II)

### 2.2.1 Disponibilidade de STIC similar em outro órgão (Art. 14, II, a)

**Não se aplica**, uma vez que não exista nenhum órgão público que preste o serviço no estado de Mato Grosso do Sul.

### 2.2.2 STIC existente no Portal de Software Público Brasileiro (Art. 14, II, b)

**Não se aplica**, uma vez que se trata de serviço e não de solução de software.

### 2.2.3 A capacidade e as alternativas do mercado de TIC (Art. 14, II, c)

**Não se aplica**, uma vez que se trata de item relacionado a desenvolvimento de software e a solução aqui pretendida trata-se de serviço para apoio e suporte de informática.

### 2.2.4 Observância ao Modelo Nacional de Interoperabilidade (Art. 14, II, d)



**Não se aplica**, uma vez que se trata de item relacionado a desenvolvimento de software e a solução aqui pretendida trata-se de apoio administrativo e suporte de informática.

#### 2.2.5 Aderência às regulamentações da ICP-Brasil (Art. 14, II, e)

**Não se aplica**, uma vez que se trata de item relacionado a desenvolvimento de software e a solução aqui pretendida trata-se de apoio administrativo e suporte de informática.

#### 2.2.6 Observância ao Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário (Moreq-Jus) (Art. 14, II, f)

**Não se aplica**, uma vez que se trata de item relacionado a desenvolvimento de software e a solução aqui pretendida trata-se de apoio administrativo e suporte de informática.

#### 2.2.7 Orçamento estimado (Art. 14, II, g)

##### 2.2.7.1 Valores referentes aos Auxiliares de Apoio a Eleição

O valor estimado está em consonância com aqueles praticados no mercado, pois está baseado no salário de Técnico de Informática de acordo com a convenção Coletiva de Trabalho firmada entre a Federação de Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul e o Sindicato dos Profissionais de Processamento de Dados e Tecnologia da Informação.

O valor estimado prevê o reajuste do piso salarial da categoria que, em 2019, ocorreu no mês de julho. Os custos envolvidos na estimativa da contratação também foram estipulados com base em salários e benefícios, encargos sociais, tributos e demais elementos componentes dos custos.

No orçamento também foram contabilizados recursos necessários para: deslocamentos, diárias e horas extras, que serão utilizados sob supervisão e autorização da comissão de Fiscalização Regional.

No valor total da contratação também estão inclusos os valores empregados na equipe de supervisão e com a prestação dos serviços na eventual ocorrência de segundo turno, parcela da contratação que somente será realizada na ocorrência do turno complementar nas Eleições 2020.

Ao final ficaram estimados os seguintes valores:

Postos de serviço					
Grupo	Quantidade de postos de serviços	Valor mensal por posto de serviço (R\$)	Valor total mensal dos postos de serviços (R\$)	Período da contratação aproximado (meses)	Valor total dos postos de serviço (R\$)
	(A)	(B)	(C) = (A) x (B)	(D)	(E) = (C) x (D)
GRUPO I	34	3.679,95	125.118,30	3	375.354,90
GRUPO II	176	3.679,95	647.671,20	2	1.295.342,40
<b>Valor total dos postos de serviço</b>					<b>1.670.697,30</b>

<b>Diárias, horas extras e <i>coffe break</i> para treinamento</b>	<b>Qtde</b>	<b>Valor unitário (R\$)</b>	<b>Valor total estimado (R\$)</b>
Valor total dos deslocamentos para treinamento (valor médio de passagens de ônibus.)	176 postos do interior	196,16	34.525,57
Valor total das diárias (incluindo diárias para treinamento)	750 diárias	262,72	197.040,00
Valor total das horas extras dias úteis (60%)	2.928 horas	25,31	74.107,68
Valor total das horas extras dias sábado (primeiras 2 horas) (60%)	1.328 horas	25,31	33.611,68
Valor total das horas extras dias sábado demais horas (80%)	1.816 horas	28,47	51.701,52
Valor total das horas extras dias domingo/feriado	4.432 horas	31,62	140.139,84
Valor total dos lanches a serem fornecidos nos treinamentos	1.200 lanches	17,61	21.132,00
<b>Total</b>			<b>552.258,29</b>

<b>Valor total distribuído por turno da eleição</b>	<b>Valor</b>
Valor estimado em ocorrência apenas do primeiro turno	R\$ 2.070.523,39
Valor estimado em ocorrência do segundo turno	R\$ 152.432,20
<b>Valor total</b>	<b>R\$ 2.222.955,59</b>

### 2.2.7.2 Valores referentes a supervisão das atividades dos Auxiliares de Apoio a Eleição

Será exigida equipe para processar e supervisionar: as contratações e as documentações exigidas, as necessidades de deslocamento para operações em ambiente extra Cartório e os deslocamentos para treinamento em Campo Grande/MS.

A operação que se pretende contratar é atípica, pois trata-se da atuação mais de duas centenas de profissionais terceirizados, operando simultaneamente nos Cartórios Eleitorais e em curto período de tempo. Além do exposto, os profissionais estarão distribuídos em mais de 50 unidades em todo Estado do Mato Grosso do Sul, característica que também torna a operação delicada.

Para dar cabo da gestão dessa operação, com a segurança, precisão e a qualidade exigida, há de se considerar que apenas um preposto a disposição de todas as unidades e, além disso, atendendo de forma remota, se torna insuficiente. É fato que apenas um profissional não consegue dar cabo das demandas que ocorrem simultaneamente, tampouco de processar os registros da documentação para contratação com a exatidão legal exigida frente a quantidade de contratados.

Por se tratar a gestão ou supervisão de um recurso que deve ser absorvido como questão operacional da empresa a ser contratada, essa equipe de supervisão não é valorada como item específico a ser faturado, mas a supervisão deve ter seus custos contabilizados e considerados na formação de preço da proposta das empresas interessadas.

### **2.2.7.3 Forma de pagamento pelos serviços prestados**

A exemplo do contrato do pleito 2018, fica sugerido alteração da sistemática e prazo de apresentação pela empresa e verificação da documentação contratual exigida para fins de pagamento das faturas.

Atualmente o prazo para pagamento da fatura é de sete dias úteis. Neste prazo a empresa precisa apresentar ao Tribunal uma série de documentos dentre eles o controle das frequências dos funcionários, bem como o levantamento de faltas, horas excedentes ou a menor, comprovação de pagamento de salários, auxílio alimentação, FGTS, INSS, etc. Neste prazo, também é realizada a glosa a dos descontos inerentes ao Acordo do Nível de Serviço.

A prática revelou problemas com este mecanismo e prazos, o que até ocasionou danos a operação em pleitos anteriores, uma vez que as contratadas, dada a celeridade dos prazos, não conseguiam cumprir os cronogramas com a celeridade exigida de pronto!

A celeridade dos prazos para levantamento das informações e apresentação da documentação implica invariavelmente no atraso na apresentação da fatura e, conseqüentemente, adiamento no pagamento por parte do TRE à empresa. A empresa necessitaria de ter um fluxo de caixa suficiente para fazer frente ao pagamento de todos os salários e benefícios. Na prática verifica-se que as empresas não possuem esse lastro, e contam com o primeiro pagamento da fatura para quitar suas obrigações perante os funcionários, o Estado e terceiros.

A partir do momento em que a Administração retém o pagamento da fatura do primeiro mês, até a apresentação de toda a documentação exigida, pode iniciar um círculo vicioso que perdura até o momento em que a Justiça Eleitoral se vê impelida a praticamente administrar a execução do contrato pela empresa, controlando frequências e realizando o pagamento de salários diretamente da conta dos empregados.

Conquanto seja certo que, consoante o Acórdão nº 119/2011, o Plenário do TCE, determine que se exija do contratado a comprovação da regularidade fiscal para com a Seguridade Social, o FGTS, as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, em observância ao § 3º do art. 195 da Constituição Federal e aos arts. 29, incisos III e IV, e 55, inc. XIII, da Lei nº 8.666/1993, também é certo que não há impeditivo para que as glosas do Acordo de Nível de Serviço e descontos decorrentes das faltas sejam realizados na fatura do mês subsequente ao da apuração.

A exemplo da prática executada no pleito 2018, e que colheu avaliações e resultados positivos, com vistas a evitar que, desde o início do contrato a Administração retenha todo o pagamento da fatura até que se apurem as faltas e glosas do ANS, mesmo estando a empresa com a regularidade fiscal em dia, sugerimos que o pagamento da fatura do primeiro mês seja efetuado, nos termos do Acórdão 119/2011, isto é, mediante verificação da regularidade fiscal da empresa. Ao passo que o prazo para apresentação desta documentação voltada à apuração das faltas e glosas do ANS, seja de 30 dias, cujos descontos serão

realizados por ocasião do pagamento da fatura do mês subsequente, sistemática que perduraria até o final do contrato quando se apuraria o penúltimo e último mês de forma conjunta.

#### 2.2.7.4 Pagamento de diárias para o período de treinamento na Capital

A eleição 2018 ensinou que a empresa contratada, por questão de zelo, tenta protelar o pagamento das diárias necessárias ao período de treinamento na Capital.

Buscando compor uma solução que atenda ao zelo praticado pela contratada e que dê segurança mínima ao primeiro deslocamento do seu funcionário, será permitido que o pagamento das diárias ocorra em duas fases, sendo elas:

1. a empresa contratada pagará ao seu funcionário metade do valor das diárias em data anterior ao deslocamento do mesmo a Capital;
2. ao iniciar o treinamento, já na Capital, a contratada depositará a outra metade do valor devido na conta do seu funcionário.

### 2.3 Análise e a comparação entre os custos totais das STICs (Art. 14, III)

Como evidenciado no item 2.1, foi encontrada somente uma solução de TIC no mercado, impossibilitando a comparação entre os custos totais das soluções.

### 2.4 Da escolha e Justificativa da STIC escolhida (Art. 14, IV)

Como evidenciado no item 2.1, foi encontrada somente uma solução de TIC no mercado. Logo, resta apenas o emprego da mesma.

#### 2.4.1 Descrição da Solução (Art. 14, IV, a)

##### 2.4.1.1 Descrição

Os serviços serão contratados por posto de trabalho.

Trata-se de operação extremamente especializada e que, possivelmente, ocorra apenas no ambiente da Justiça Eleitoral Brasileira.

Objetiva-se a contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de apoio operacional na realização das Eleições, mediante o recrutamento, a alocação e a gestão de postos de trabalho em unidades da Justiça Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

Para atendimento do aumento da demanda de serviços de TI nos Cartórios Eleitorais prevê-se a contratação de **Auxiliar de Eleições**, divididos em Grupo I e II. Estes grupos são definidos para efeito de período das atividades, mas todos os postos deverão ser preenchidos por **Técnico de Informática**, não havendo diferença salariais ou de categoria entre os GRUPOS I e GRUPO II.

Ambos os grupos serão alocados primariamente nos Cartórios Eleitorais e no depósito de urnas do TRE-MS, mas prestarão serviço inclusive em ambientes externos cedidos a Justiça Eleitoral, a exemplo dos locais de votação, que de forma geral são instalados em escolas.

##### 2.4.1.2 Grau de escolaridade

A mão de obra necessária à operação em tela deve possuir conhecimento em sistemas operacionais de computador, a exemplo de Windows, preferencialmente, e Linux entre outros, além de domínio de Softwares de Escritório, tais como: word, excel, power point, chat, e-mail etc. Pode acontecer de ser necessário realocar computadores, onde serão necessários serviços de cabeamento de rede e reconfiguração de equipamentos. Em outras situações poderão ser necessárias a realização de testes de equipamentos e sistemas em ambientes de TI externos a Justiça Eleitoral. A exigência de nível médio completo, além da apresentação de certificado de operação de computador, principalmente em cidades do interior do estado, dificulta o preenchimento do quadro de profissionais, pois, muitas vezes existem técnicos de TI que dominam as áreas de conhecimento exigidas e descritas anteriormente, possuem certificação formal, pois participaram de cursos específicos, mas que por motivos particulares não conseguiram concluir o ensino médio. Nesse sentido, o que interessa a Justiça Eleitoral é o conhecimento de TI e não o histórico escolar do ensino médio do pretendente.

Frente ao exposto, para a contratação deverá ser exigido o grau de Ensino Fundamental completo e certidão de que o pretendente a ocupar o posto de Auxiliar de Eleição participou de cursos de informática ou possui conhecimento em TI. Tal certidão pode ser emitida pelo próprio Cartório Eleitoral, caso entenda que o candidato ao posto domina as áreas de conhecimento necessárias, uma vez que os Cartórios serão os principais interessados em receber os serviços.

#### **2.4.1.3 Atividades a serem executadas**

- transporte de urnas eletrônicas, seus componentes e suprimentos;
- armazenamento de urnas eletrônicas, seus componentes e suprimentos;
- acondicionamento de urnas eletrônicas, seus componentes e suprimentos em caixas;
- apoio na operação dos sistemas de convocação de mesários e de pessoal de apoio;
- apoio no treinamento dos mesários quanto à utilização dos sistemas das urnas eletrônicas;
- apoio no treinamento dos supervisores de locais de votação;
- levantamento, configuração e testes da infraestrutura de TI dos locais de votação;
- organização e distribuição dos materiais de apoio necessários à operação das urnas nas seções eleitorais;
- apoio na geração de mídias para uso nas urnas eletrônicas;
- apoio na preparação de urnas eletrônicas;
- preparação de computadores e notebooks, com instruções da Justiça Eleitoral;
- participação em simulados para testes de sistemas de eleição;
- orientação e atendimento de chamados dos mesários no dia da eleição;
- instalação das urnas eletrônicas nas seções eleitorais na véspera da eleição;
- realização de procedimentos de substituição de urnas eletrônicas com defeito no dia da eleição;
- transmissão eletrônica de resultados de votação das urnas, incluindo conexão a sistemas de rede privada virtual, conexão a sistemas de comunicação via satélite, conforme orientação da Justiça Eleitoral;
- recuperação dos dados da votação na junta eleitoral;
- prestação de suporte à geração do boletins de urna, via sistemas de apuração e de recuperação de dados;
- operação dos sistemas de processamento da totalização dos votos;
- operação do sistema de divulgação dos resultados;
- recolhimento dos materiais e equipamentos utilizados nas eleições, dentre eles: as urnas eletrônicas, computadores, memórias de resultado, cadernos de folhas de votação, boletins de urna e armazenamento das urnas;
- outras atividades de TI inerentes aos serviços dos Cartórios Eleitorais;
- outras atividades de TI necessárias à boa execução operacional do pleito;
- outras atividades administrativas inerentes aos serviços dos Cartórios Eleitorais;

#### **2.4.1.4 Impedimento de contratação em razão de grau de parentesco**

Estarão impedidos de ser contratados os parentes, até terceiro grau, do Juiz Eleitoral, do Promotor Eleitoral, do Chefe do Cartório e de Candidatos a eleição no município.

#### **2.4.2 Alinhamento da solução (Art. 14, IV, b)**

A Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação adotada deve estar alinhada com os objetivos estratégicos constantes dos Planejamentos Estratégicos da Instituição (PEI) e de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC).

Os respectivos planejamentos foram instituídos pela Resolução TRE-MS n. 548/2016 e revisados pela Resolução TRE-MS n. 659/2019.

Dentre os objetivos estratégicos de ambos os planejamentos, identificamos que a STIC escolhida atende aos objetivos relacionados abaixo:

- Objetivos PEI - na sua perspectiva "Sociedade", que visa "Garantia dos direitos de cidadania";
- Objetivos PEI - perspectiva "processos internos" que trata de "Fortalecimento da segurança e transparência do processo eleitoral".

#### **2.4.3 Benefícios esperados (Art. 14, IV,c)**

Com a contratação espera-se que:

- Os Auxiliares de Eleições prestem apoio de TI com segurança, celeridade, precisão e alta qualidade diante das demandas dos Cartórios Eleitorais;
- Apoiem os treinamentos ministrados pelos Cartórios Eleitorais, qualificando os mesários a operar as urnas eletrônicas, minimizando dessa forma problemas técnicos que poderão ocorrer no decorrer da execução do pleito;
- Executem a verificação da infraestrutura dos locais de votação para que haja as condições necessárias para a instalação das urnas eletrônicas, assegurando dessa forma o bom funcionamento desses aparelhos;
- Auxiliem na preparação das urnas eletrônicas contribuindo para que tal processo ocorra de acordo com os cronogramas estabelecidos;
- Atuem nos procedimentos de substituição de urnas eletrônicas com defeito, evitando que as tais trocas sejam realizadas por pessoas não habilitadas;
- Auxiliem no momento do encerramento das eleições com os corretos cuidados com as mídias geradas pelas urnas eletrônicas, evitando possíveis falhas nas coletas dos votos;
- Atuem no recebimento das urnas entregues pelos presidentes de mesa ao final da eleição, contribuindo para que os aparelhos sejam efetivamente devolvidos à Justiça Eleitoral;
- Intercedam em quaisquer outros incidentes que necessitem de conhecimento em tecnologia da informação contribuindo ao final para a boa execução do pleito eleitoral;
- Executem e zelem pelo armazenamento, pelas movimentações de urnas eletrônicas, seus suprimentos e componentes e de outros equipamentos necessários à operação.

#### **2.4.4 Relação entre a demanda prevista e a ser contratada (Art. 14, IV, d)**

Projetou-se inicialmente que as atividades iniciariam no mês de maio, contribuindo dessa forma para suprir a demanda das atividades que envolvam TI nos cartórios, a exemplo do fechamento do cadastro eleitoral, que ocorrerá no dia 6 de maio de 2020, data final para que milhares de brasileiros busquem a Justiça Eleitoral Brasileira para regularizar a situação eleitoral. No entanto, em razão da indisponibilidade de recursos financeiros suficientes para iniciar a operação em maio e considerando o momento de contenção de despesas que o país atravessa, efetuou-se estimativas que permitirão que a contratação ocorra a partir do mês de agosto.

## **2.5 Adequação do Ambiente (Art. 14, V, a, b, c, d, e, f)**

### **2.5.1 Ambiente físico**

Buscando a qualidade na prestação dos serviços, caso a empresa contratada opte por manter os prepostos no ambiente do Tribunal, buscando a celeridade e precisão na troca de informações, as seguintes adequações precisam ser providenciadas:

- Espaço físico: sala para acomodar os prepostos;
- Infraestrutura elétrica: tomadas para os equipamentos necessários;
- Rede: acesso à internet;
- Refrigeração: ar-condicionado para a sala de trabalho
- Ferramentas: A empresa deverá fornecer computadores e equipamentos de impressão para que os prepostos possam executar suas atividades;;
- Capacitação: treinamento presencial da equipe terceirizada sobre a estrutura do TRE-MS, atribuições do contrato, sistemas, comportamento, ética etc.

### **2.5.2 Reunião inicial**

É imprescindível que ocorra uma reunião da Comissão de Planejamento e Fiscalização do TRE com os representantes da empresa contratada logo após a assinatura do contrato para esclarecer dúvidas e se estabelecer formas de comunicação ágeis entre contratante e contratada, fundamentais para a boa execução do contrato.

### **2.5.3 Apresentação dos prepostos**

É imprescindível que a empresa esteja ao lado e em parceria ao TRE/MS. Nesse sentido o TRE/MS, a exemplo da execução do contrato da SulWork, cederá um espaço para que a empresa mantenha sua equipe de supervisão a disposição da gerência e da fiscalização do contrato pelo TRE/MS, o que contribuirá fundamentalmente para maior celeridade na solução das questões que surgem no desenvolver das atividades, acrescentando ao final maior grau satisfação para todas as partes envolvidas.

### **2.5.4 Capacitação**

O repasse de informações acerca das atividades que serão serem desenvolvidas será realizado no município de Campo Grande, em local a ser disponibilizado pelo TRE/MS.

Para tal a empresa contratada deverá pagar o transporte terrestre e diárias aos seus funcionários, de modo que os mesmos possam arcar com as despesas de hospedagem e alimentação no período em que estiverem a disposição da JE/MS.

### **2.5.5 Período de treinamento**

Os treinamentos ocorrerão em agosto e setembro de 2020, com carga horária de até 24 horas/aula.

### **2.5.6 Tamanho das turmas para treinamento**

O treinamento será ministrado para turmas de até 35 participantes.

### **2.5.7 Registro de ponto**

O processo de apuração e fiscalização das jornadas cumpridas pelos contratados, quando executado por meio assinatura de folha de ponto, além comprometer a precisão e dificultar a interpretação dos registros, torna lento o processamento para pagamento, o que por várias vezes, desde esta contratação ocorria sob supervisão do TSE, gerou prejuízo e levou riscos a operação de apoio de TI dos pleitos, tendo a Justiça Eleitoral enfrentado questões graves de greve e abandono do posto de trabalho.

Os custos para implantação de sistema eletrônico pela empresa contratada frente ao curto período em que a operação ocorre, inviabilizam a exigência de tais meios para registro de frequência.

A exemplo do uso do sistema ponto da JE para a operação de Biometria da capital em 2018 e da SulWork que utiliza os computadores do TRE/MS para anotar os horários de suas frequências de seus funcionários, fica sugerido que o instrumento convocatório permita, após negociação com a contratada, que a mesma também faça uso dos sistemas de registro de ponto do TRE/MS para gerenciar a presença de seus funcionários, contribuindo dessa forma para minimizar atrasos na coleta dessas informações, reduzindo o risco de greve por falta de tempo para apuração e pagamento aos funcionários.

### **2.5.8 Sistema de apoio a fiscalização**

O sistema de contratos, desenvolvido pelo TRE/MS, deverá considerar, para efeito de fiscalização da execução de horas extraordinárias e conforme convenção coletiva da categoria profissional exigida, que as horas extras correrão sob regras específicas, conforme demonstrado a seguir.

Dias úteis: 60% - sessenta por cento;

Sábado, duas primeiras horas: 60% - sessenta por cento;

Sábado, demais horas: 80% - oitenta por cento;

Feriado/Domingo, horas: 100% - cem por cento;

## **3 SUSTENTAÇÃO DO CONTRATO (Art. 15)**

### **3.1 Recursos Materiais e Humanos (Art. 15, I)**

**3.1.1 Fiscalização local e operacional:** Será desempenhada por servidor de cada um dos cartórios eleitorais, cuja atuação volta-se ao acompanhamento e cumprimento da atuação do funcionário que ocupa o respectivo posto de trabalho, tais como: verificação da documentação exigida para contratação, horário, disciplina, horas extras, dentre outros aspectos específicos da execução.

Para eliminar o trânsito físico de documentos entre os municípios e a sede do TRE, o presente estudo propõe que a fiscalização da documentação, sempre que necessária, ocorra sob responsabilidade da unidade em que o contratado estiver alocado. Ao final a unidade preencherá uma certidão em modo formulário no SEI informando que a documentação do contratado está de acordo. Dessa maneira ganha-se tanto o tempo de trânsito físico da documentação quanto em performance e qualidade de fiscalização, uma vez que cada unidade fiscalizaria a documentação de algo em torno de cinco profissionais, muito diferente de uma equipe reduzida lotada na sede do TRE/MS fiscalizando a documentação de mais de 200 profissionais em um curto período de tempo.

**3.1.2 Equipe de gestão do contrato:** Será desempenhada por servidores do TRE/MS, cuja atuação estará voltada para a verificação do cumprimento pela empresa de suas obrigações contratuais, tais como, pagamento de salários, recolhimento de FGTS e INSS, vale alimentação, dentre outros.



**3.1.3 Equipe de servidores para aplicar treinamento:** Os treinamentos serão aplicados por servidores efetivos do quadro da STI e buscarão repassar conhecimentos que são específicos da Justiça Eleitoral e que serão objetos da eleição, tais como: armazenamento, manuseio e funcionamento de Urnas Eletrônicas, sistemas específicos da Justiça Eleitoral e demais tecnologias exclusivas da Justiça Eleitoral.

### **3.2 Descontinuidade do Fornecimento (Art. 15, II)**

O prazo de execução da contratação é extremamente curto e no caso de eventual descontinuidade da prestação de serviço próximo ao pleito, a Justiça Eleitoral terá que realizar as atividades sem o apoio aqui demandado.

### **3.3 Transição Contratual (Art. 15, III, a, b, c, d, e)**

Prejudicado.

### **3.4 Estratégia de Independência Tecnológica (Art. 15, IV, a, b)**

Prejudicado.

### **3.5 Mensuração dos Resultados (ART. 8º Res. 23.234/TSE)**

A mensuração dos resultados será aferida de forma global, com o pleito ocorrendo com o mínimo de incidentes e com segurança operacional, tendo o resultado do processamento dos votos apresentado ao final.

Destaque-se que não se trata a presente contratação de serviços continuados, tampouco, serviços passíveis de mensuração por atividade executada, considerando que a lista de atividades pode ser expandida a uma miríade de demandas de TI que podem ocorrer antes e durante a execução do pleito e onde o tempo para resolução dos problemas não permite escalonar ou priorizar chamados de usuário, a exemplo do funcionamento de uma central de atendimento de suporte ou um *service desk* de informática. Como dito, as atividades a serem desenvolvidas não se coadunam com a sistemática de abertura de chamados em razão da urgência das várias situações que acometem o Cartório Eleitoral às vésperas e, principalmente, no dia da eleição.

Neste estudo a equipe de planejamento não encontrou no mercado ou histórico da Justiça Eleitoral uma solução que possa ser remunerada por atividade executada, como recomendam as normas vigentes para serviços de TI, pois o pleito ocorre em data e horário certo, mas os problemas de informática ou *hardware*, não tem hora, local e tampouco quantidades de ocorrências que possam ser dimensionadas e distribuídos para atendimento em tempo hábil, para que um profissional contratado possa repará-lo. Tudo necessita ser resolvido naquelas 10 horas do dia do pleito, diferente do que determina a Resolução nº 182 do Conselho Nacional de Justiça que dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Para o caso de medição por atividade executada seria necessário, por exemplo, a implantação de sistema para abertura, acompanhamento e encerramento de chamado. Tais atividades consumiriam tempo de gestão que a Justiça Eleitoral não dispõe no dia do pleito, uma vez que a eleição tem data certa e tempo limite para ocorrer, não havendo disponibilidade de prazo, por exemplo, para atestar formalmente em um sistema a qualidade daquele serviço prestado.

## **4 ESTRATÉGIA PARA A CONTRATAÇÃO (Art. 16)**

#### **4.1 Natureza do Objeto (Art. 16, I)**

O objeto se trata da contratação de serviços terceirizados, por meio da alocação de postos de serviços.

#### **4.2 Parcelamento do Objeto (Art. 16, II)**

Não haverá parcelamento do objeto. O objeto será contratado junto a uma única licitante, de modo a facilitar a gestão contratual, e será executado em período certo.

#### **4.3 Adjudicação do Objeto (Art. 16, III)**

A adjudicação do objeto será realizada pelo Pregoeiro para licitante único, após finalizada a sessão pública.

#### **4.4 Modalidade e tipo de licitação (Art. 16, IV)**

Em que pese o curto período da execução da contratação, o objeto deste estudo apresenta especificações de terceirização de item típico de mercado, tratando-se, portanto, de serviços comuns, cujos padrões de desempenho podem ser objetivamente definidos no instrumento convocatório, conforme previsto no § 2º do art. 3º do Decreto 3.555/2000.

Sendo assim, a contratação se dará na modalidade de Pregão, nos termos da Lei 10.520/2002, na sua forma Eletrônica, que está regulada pelo Decreto 10.024/2019, satisfazendo-se, desse modo, os comandos contidos no § 1º do art. 1º do mencionado Decreto.

Art. 1º Este Decreto regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

§ 1º A utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, pelos órgãos da administração pública federal direta, pelas autarquias, pelas fundações e pelos fundos especiais é obrigatória.

No que tange à escolha do tipo de licitação, por se tratar de serviços comuns, padronizados e facilmente encontrados no mercado, não resta outra opção a não ser o do tipo MENOR PREÇO.

#### **4.5 Classificação e Indicação Orçamentária (Art. 16, V)**

As despesas decorrentes do objeto da almejada licitação, provavelmente serão custeadas com recursos aprovados pela Lei nº 13.587 de 03/01/2020, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro 2020 (LOA), Unidade 14112 – TRE-MS, Ação: 02.061.0570.4269.0001- Pleitos Eleitorais, Elementos de Despesa: 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros - PJ.

Este item poderá sofrer alteração pela COPEG, unidade responsável pela Informação quanto à reserva e enquadramento orçamentários para cobrir a despesa, e de sua compatibilização com a Lei Orçamentária Anual, Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

#### **4.6 Vigência da Prestação de Serviço (Art. 16, VI)**

A vigência máxima estimada da contratação será de 06 (seis) meses, vinculada à ocorrência de segundo turno dos Pleitos Eleitorais 2020.

#### **4.7 Equipe de Apoio à Contratação (Art. 16, VII)**

- Domingos Sávio de Souza Ribeiro Bastos
- Henrique Migueis Martins
- Fábio Affonso Jacob dos Santos

#### **4.8 Equipe de Gestão da Contratação (Art. 16, VIII)**

Será desempenhada por servidores do TRE/MS, cuja atuação estará voltada para a verificação do cumprimento pela empresa de suas obrigações contratuais, tais como, pagamento de salários, recolhimento de FGTS e INSS, vale alimentação, dentre outros.

- Érica Santos Vargas Macedo
- Patrícia Barbosa de Oliveira
- Domingos Sávio de Souza Ribeiro Bastos
- Henrique Migueis Martins
- Tânia Cristina Pacheco Queiroz Campos
- Fabrício Heitor dos Santos

#### 4.9 Equipe de Fiscalização Local do Contrato

Será desempenhada por servidor de cada um dos cartórios eleitorais, cuja atuação volta-se ao acompanhamento e cumprimento da atuação do funcionário que ocupa o respectivo posto de trabalho, tais como: verificação da documentação exigida para contratação, horário, disciplina, horas extras, dentre outros aspectos específicos da execução.

- 02 Servidores de cada Cartório Eleitoral

### 5 ANÁLISE DE RISCOS

RISCO 1 - Licitação deserta/fracassada			
Probabilidade	ID	Dano	Impacto
Média	1	Não contratação	Alta
ID	Ação de Mitigação e Contingência		Responsável
1	Equipe da contratação contactar fornecedores e avisá-los da licitação.		Equipe de contratação

RISCO 2 - Empresa atrasa o pagamento dos contratados			
Probabilidade	ID	Dano	Impacto
Média	1	Contratados em greve por indefinição no pagamento – empresa não tem recursos	Alto
ID	Ação de Mitigação e Contingência		Responsável

1	Fiscalização acompanhar pagamento dos salários por intermédio dos seus colaboradores	Fiscalização
---	--	--------------

RISCO 3 - Empresa abandona a prestação dos serviços			
Probabilidade	ID	Dano	Impacto
Média	1	Contratados abandonam as atividades	Alto
ID	Ação de Mitigação e Contingência		Responsável
1	Fiscalização acompanhar o andamento das atividades		Fiscalização local nos cartórios

RISCO 4 -Empresa contratar menor de idade ou servidor público			
Probabilidade	ID	Dano	Impacto
Baixa	1	Atingir imagem do TRE/MS	Médio
ID	Ação de Mitigação e Contingência		Responsável
1	Fiscalização nos cartórios deve conferir documentação dos pretendentes antes da efetivação do contrato		Fiscalização local nos cartórios

RISCO 5 - Empresa contratar profissional filiado a partido político			
Probabilidade	ID	Dano	Impacto
Baixa	1	Atingir imagem do TRE/MS	Médio
ID	Ação de Mitigação e Contingência		Responsável
1	Fiscalização nos cartórios deve consultar sistema ELO		Fiscalização local nos cartórios

## DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A equipe de planejamento conclui este estudo visando atender a necessidade para contratação de empresa prestadora de serviços de apoio operacional na realização das eleições 2020. Essa necessidade advém com o período eleitoral cuja demanda de serviços aumenta de forma exponencial, impossibilitando que os servidores da Justiça Eleitoral executem, em tempo hábil, as atividades necessárias, sem que ocorra dano a execução do pleito.

Diante do exposto a equipe entende que é necessária e viável a contratação de empresa para a prestação de serviços de apoio das eleições municipais de 2020 no formato posto de serviços, a exemplo dos pleitos anteriores.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIO AFFONSO JACOB DOS SANTOS, Chefe de Seção**, em 12/02/2020, às 16:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DOMINGOS SÁVIO DE SOUZA RIBEIRO BASTOS, Chefe de Seção**, em 14/02/2020, às 13:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **HENRIQUE MIGUEIS MARTINS, Analista Judiciário**, em 14/02/2020, às 13:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0750905** e o código CRC **E4218DA4**.